



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ✎ [24 ANOS DE LRF – O Popular](#)
- ✎ [GOVERNO AMPLIA USO DO FGTS NA COMPRA DE IMÓVEIS USADOS PELO MINHA CASA, MINHA VIDA - O Popular](#)
- ✎ [MINISTROS DÃO MOSTRAS DE SENSATEZ, LULA NÃO – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [COMO OS ELEITORES DISTRIBUEM A CULPA POR DESASTRES NATURAIS? – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [TRAGÉDIA NO RS MOSTRA O QUE O BRASILEIRO TEM DE MELHOR – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [NA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, A INÉRCIA É DO CONGRESSO – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [AUDIÊNCIA SOBRE BRASIL NOS EUA TEM ATAQUES A LULA E MORAES E COMPARAÇÃO ENTRE BOLSONARO E TRUMP – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [CÁRMEN LÚCIA É ELEITA PRESIDENTE DO TSE E ASSUME EM JUNHO NA VAGA DE MORAES – Folha de São Paulo](#)
- ✎ [“É PRECISO CONHECER OS SEUS DIREITOS PARA LUTAR POR ELES”, DIZ ADVOGADO – O Hoje](#)
- ✎ [STF TERÁ PRESIDENTE DO CONSELHO CONSTITUCIONAL DA FRANÇA EM EVENTO – O Hoje](#)
- ✎ [DESPESAS COM A COP EM BELÉM DEIXAM LULA NUMA SAIA-JUSTA – Correio Braziliense](#)
- ✎ [COM PLANTACÕES ALAGADAS, BRASIL VAI IMPORTAR ARROZ PARA EVITAR ALTA – Correio Braziliense](#)
- ✎ [ARMAS IMPORTADAS ILEGALMENTE DESAFIAM A SEGURANÇA PÚBLICA – Correio Braziliense](#)
- ✎ [COM TRAGÉDIA NO RS, PREVISÃO É QUE ALIMENTOS FIQUEM MAIS CAROS – Valor Econômico](#)
- ✎ [UNIÃO APOSTA EM ACORDOS PARA TENTAR RESOLVER DISPUTAS BILIONÁRIAS DE PIS/COFINS – Valor Econômico](#)
- ✎ [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- ✎ [BAR QUE VENDE SÓ TACA DE VINHO PERDE BENEFÍCIO FISCAL – Valor Econômico](#)
- ✎ [NOVO TEMPO PARA O DIREITO EMPRESARIAL – Valor Econômico](#)
- ✎ [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 08.05.2024 – PÁG. 03

24 anos de LRF

Selene Peres Nunes

Em 4 de maio, a Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil completou 24 anos. Precursora do modelo de regras combinadas com transparência, influenciou vários países do mundo – 106 de acordo com o FMI –, e teve o objetivo garantir o equilíbrio fiscal, criando condições para o controle da inflação, com redução da taxa de juros e aumento da credibilidade do País, gerando ambiente propício a investimentos e protegido da volatilidade de capitais.



A LRF alterou profundamente as finanças públicas do Brasil, mas o caminho não foi fácil. Foram mais de 200 propostas para alterar a lei no Congresso Nacional e, das que vingaram, quase todas a tornaram melhor. No Supremo, várias ações questionaram a lei como um todo e 31 dispositivos, dos quais apenas sete, de importância marginal, foram suspensos. Na gestão, um mundo em transe: padronização contábil e de relatórios, sistemas para captura e transparência de informações, alterações no controle externo, aprendizados. Práticas criativas multiplicaram-se e muitas encontraram respostas institucionais, culminando, no caso da União, no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016.

Um desafio tem sido a resistência da União, que defende a LRF no discurso, mas perde tempo discutindo qual é a regra ideal e o cálculo mais adequado. Alguém já disse que o Brasil não perde a oportunidade de perder uma oportunidade. Em 2016, a Emenda Constitucional do teto limitou o crescimento dos gastos públicos federais à inflação do ano anterior, por um período de 20 anos. A justificativa era que, para estabilizar a dívida, era necessária uma regra mais dura que a LRF, que não permitisse crescimento da despesa atrelado ao PIB. Dura, mas nem tanto, pois, a cada ameaça de descumprimento, criavam-se novas exceções e, ainda assim, não foi cumprida.

O governo iniciado em 2023 substituiu a regra do teto por um arcabouço fiscal, criando uma banda de 0,25% do PIB para o resultado primário. A meta efetiva passou a ser o limite inferior da banda, mas, no discurso, o governo continuou a defender a meta zero como sinônimo de equilíbrio fiscal. Vale esclarecer que o primário exclui juros da dívida e, ainda que fosse zero, não equilibraria as contas, principalmente com a Selic a 11%. Critica-se, então, a política monetária, esquecendo convenientemente que é o equilíbrio fiscal que garante a credibilidade necessária para que os juros sejam baixos. Sete meses depois, a meta de 2025 já foi alterada.

A dívida bruta da União já subiu 1 trilhão de reais no Governo Lula e a omissão na regulamentação do limite grita. A União deveria cumprir a LRF e dar exemplo, sem tergiversar. Goiás, sob a competente liderança do governador Ronaldo Caiado, tem dado exemplo ao superar o passado de irresponsabilidade fiscal do Estado.

JORNAL – O POPULAR – 08.05.2024 – PÁG. 09

Governo amplia uso do FGTS na compra de imóveis usados pelo Minha Casa, Minha Vida

Objetivo, segundo o Ministério das Cidades, é alcançar uma contratação recorde no FGTS neste ano: 550 mil unidades habitacionais



A compra de imóveis usados pelo programa Minha Casa, Minha Vida recebeu mais um incentivo do governo federal.

Novas regras vão realocar recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), direcionando mais verbas para os financiamentos de famílias com renda de até R\$ 4.400, conforme instrução normativa publicada em 29 de abril no Diário Oficial da União. A medida deve facilitar a compra de imóveis usados por essa faixa de renda, que tem menor oferta de imóveis novos e de subsídios, e garantir a sustentabilidade do Fundo de Garantia para a construção de novas unidades.

O objetivo, segundo o Ministério das Cidades, é alcançar uma contratação recorde no FGTS neste ano: 550 mil unidades habitacionais. As novas condições incluem ajustes nas regras para disponibilização aos bancos e passarão a vigorar em 18 de maio. A Caixa deverá regulamentar os procedimentos operacionais para vigência das novas regras em até 15 dias.

Newsletter Folha Mercado Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes. *** O imóvel usado correspondeu a 25% das contratações de operações financiadas em 2023 pelo Minha Casa, Minha Vida. Com a mudança, o valor do FGTS destinado às operações de financiamento de imóveis usados para famílias com renda de até R\$ 4.400 subiu de R\$ 995 milhões para R\$ 1,393 bilhão. O total será disponibilizado pelo agente operador do FGTS, que é a Caixa Econômica Federal, a cada dois meses, na forma de um sexto do total, com a possibilidade de antecipações conforme regulamentação a ser estabelecida pelo banco.

De acordo com o Ministério das Cidades, as medidas são necessárias para calibrar a participação dos usados em relação aos novos entre as faixas de maiores rendas do Minha Casa, Minha Vida: a faixa 3, que atende famílias com renda acima de R\$ 4.400 até R\$ 8.000, e o programa Pró-cotista, com foco em quem tem renda superior a R\$ 8.000. Já nas regiões Sul e Sudeste, para famílias com renda acima de R\$ 5.500, o governo quer incentivar a compra de imóveis novos. Por isso, nessas localidades, o valor de entrada para a aquisição ou construção de imóveis deverá apresentar condições mais vantajosas do que para a aquisição de usados.

A instrução normativa passou a prever uma diferenciação no valor da entrada exigida na contratação de um financiamento com recursos do FGTS para compra de imóvel usado. As famílias que vivem nessas regiões deverão arcar com um valor maior de entrada no financiamento para a aquisição de um imóvel usado do que para a aquisição ou construção de um imóvel novo. A regra não se aplica às operações de financiamento para aquisição de imóveis retomados pelos agentes financeiros.

Se a renda bruta da família ficar entre R\$ 5.500 e R\$ 6.500, a razão entre o valor nominal da operação de financiamento e o valor de venda do imóvel não poderá ultrapassar 75%. Para as famílias com renda entre R\$ 6.500 e R\$ 8.000, esse percentual é de 70%.

"Por exemplo, uma família que recebe mensalmente R\$ 7.500 e vive em Belo Horizonte poderá optar por adquirir um imóvel de R\$ 265 mil novo, dispondo de uma entrada de R\$ 53 mil, em vez de financiar a aquisição de um imóvel usado de igual valor, para o qual necessitaria de uma entrada de R\$ 79,5 mil [50% maior]", diz o ministério.

"Ambos os casos consideram comprometimento de renda de 25%, prazo de amortização de 420 meses, sistema de amortização pela tabela Price e taxa de juros de 7,66% [Faixa 3]", complementa a pasta. Pelo programa Pró-cotista, modalidade de financiamento do FGTS para trabalhadores com contas vinculadas ao fundo, mas fora do Minha Casa, Minha Vida por conta da limitação da renda, houve uma redução do percentual do orçamento destinado ao financiamento de imóveis novos, de 60% para 50%. O texto ainda limita as operações de aquisição de imóveis usados no Pró-cotista às famílias com renda mensal bruta de até R\$ 12 mil e estabelece que a razão entre o valor nominal da operação de financiamento e o valor de venda ou avaliação do imóvel -o que for menor- será limitada a 60%.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.05.2024 – PÁG. A2

Ministros dão mostras de sensatez, Lula não

Planejamento e Fazenda fomentam debate crucial sobre controle de gastos, mas chefe de governo volta a preferir demagogia

Há um descompasso evidente na política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Enquanto as pastas da Fazenda e do Planejamento dão sinais de compreender a necessidade de mudar as atuais regras insustentáveis de expansão do gasto público, o presidente da República volta a alimentar o descrédito nos planos de ajuste.

As demonstrações mais explícitas de sensatez partiram da ministra Simone Tebet, do Planejamento, em entrevista ao jornal Valor Econômico. Ali, mesmo medindo palavras, ela expõe o avanço de estudos internos para a contenção de despesas "no atacado". Entre elas destaca-se a desvinculação entre o salário mínimo e os benefícios previdenciários e sociais. Outra providência, também considerada correta por esta Folha, seria rever os desembolsos mínimos em educação, corrigidos pelo crescimento da receita.



Já Fernando Haddad, da Fazenda, fez um movimento importante ao recomendar publicamente a leitura de um artigo de Bráulio Borges, da Fundação Getulio Vargas. No texto, o economista defende medidas de

aumento de arrecadação, base da estratégia governista, mas também desatrelar o mínimo da Previdência e alterar os pisos da educação e da saúde. Nada disso deveria ser encarado como retrocesso nas políticas sociais —ao contrário, trata-se de estabelecer prioridades, preservando recursos para os estratos mais carentes, e evitar que um novo colapso orçamentário eleve a inflação, os juros, o desemprego e a pobreza.

A valorização do salário mínimo terá mais condições de prosseguir se deixar de sobrecarregar as contas do INSS, garantida a correção das aposentadorias pela inflação. As dotações para saúde e educação devem ser estabelecidas à luz da situação orçamentária e de metas setoriais. As transformações demográficas implicarão maior necessidade de recursos para a primeira e menor para a segunda.

Alheio às preocupações expressadas por seus auxiliares, Lula se entrega à demagogia inconsequente. Em entrevista a emissoras de rádio nesta terça (7), desdenhou das metas fiscais e fez comparação descabida entre a dívida pública brasileira —excessiva para um país emergente— e as de países ricos que pagam juros muito menores.

Declarações como essas, repetidas desde o início do governo, fazem despencar a credibilidade da política econômica, cujas diretrizes são de responsabilidade intransferível do Executivo federal. Compreende-se assim por que Haddad, em meio esforço inglório de advogar a busca pelo equilíbrio do Orçamento, limita suas cobranças a um Congresso de fato perdulário. O ministro, afinal, não pode culpar o próprio chefe.

Como os eleitores distribuem a culpa por desastres naturais?

Pesquisa apontou que população não faz avaliação 100% objetiva, mas também não é vítima cega de paixões políticas

Bruno Boghossian



Depois do furacão Katrina, pesquisadores mediram como os americanos distribuíam a culpa pela tragédia. O levantamento mostrou que o eleitor jogava mais responsabilidade em políticos do partido adversário, mas fazia acusações mais ponderadas quando tinha informações sobre o papel de cada autoridade. A análise pode explicar como operam o partidarismo, a propaganda e a desinformação. Os cientistas políticos Neil Malhorta e Alexander Kuo apontaram que, nesses casos, o eleitor não faz uma avaliação totalmente objetiva, mas também não é uma vítima cega de suas paixões políticas.

A pesquisa mostrou que eleitores democratas tinham probabilidade 75% maior de culpar autoridades republicanas, como o presidente George W. Bush. Republicanos atribuíam responsabilidade a seus correligionários com frequência 48% menor. Eleitores que consideravam o Katrina um evento "pessoalmente importante" eram menos contaminados por filiações partidárias. Aqueles que apontavam uma relevância pessoal menor na tragédia tinham mais chances de culpar seus adversários.

O ranking de culpados mudava quando o entrevistado recebia informação sobre o cargo de cada autoridade. Democratas batiam menos em Bush, e republicanos miravam com mais intensidade o diretor da agência de gerenciamento de emergências, Michael Brown (republicano). Os dados ilustram as atitudes da população em desastres, mas também são úteis para entender como o debate público pode ser manipulado para atingir objetivos políticos. Distorções e desinformação, por exemplo, são armas ideais para esconder responsabilidades, ativar o partidarismo e confundir as atribuições de diferentes autoridades.

Por outro lado, quando a população tem informações corretas sobre a atuação de seus políticos, ela é capaz de fazer um julgamento um pouco mais equilibrado. O governador gaúcho, Eduardo Leite, disse que "não é hora de procurar culpados". Tudo indica que o eleitor saberá fazer isso no tempo certo.

Tragédia no RS mostra o que o brasileiro tem de melhor

É comovente ver como o brasileiro é melhor quando é mais unido

Mariliz Pereira Jorge

Diante da calamidade que tomou conta do Rio Grande do Sul, tem aflorado o que o brasileiro tem de melhor, a solidariedade. As redes sociais estão inundadas de correntes de socorro, grupos de WhatsApp de amigos e de amigos de amigos engajados em torno de uma causa comum, ajudar o povo gaúcho.

O brasileiro tem sido mais brasileiro em sua essência, a de uma nação que se dá as mãos, que renova os laços que nos unem, que abraça a todos que nasceram, cresceram ou escolheram viver neste país que chamamos de nosso. Não somos apenas o retrato estereotipado da alegria, mas milhões de pessoas que doam tempo e recursos.



Apesar da falta do hábito da filantropia, nosso envolvimento em causas sociais cresce justamente diante de eventos em que as campanhas de arrecadação aumentam na TV, nas redes sociais e ganham apoio de pessoas públicas. Foi assim durante a pandemia de Covid-19, quando avançamos 20 posições e ficamos em 54º no World Giving Index (Índice Mundial de Solidariedade).

Flutuamos no ranking ano a ano, mas não deixamos de nos apresentar se somos requisitados. Em 2022, quando o país registrou 25% das mortes causadas pelas consequências do excesso de chuvas em dez anos, o Brasil ficou em 18º no levantamento. No ano seguinte, despencamos para 89º lugar, quando o número de vítimas e desabrigados diminuiu apesar do aumento de transbordamentos de rios e deslizamentos de terra.

A análise do comportamento solidário no mundo é feita por meio de pesquisa conduzida pela Charities Aid Foundation, que analisa aspectos como doação, voluntariado e participação em atividades. Os índices mostram tendências e particularidades de culturas diversas e serve como ferramenta para incentivar maior

participação da sociedade. Aos poucos, percebemos como fazemos diferença quando abraçamos nossos problemas coletivamente. Tem sido comovente ver como o brasileiro é melhor quando é mais unido.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.05.2024 – PÁG. A3

Na emergência climática, a inércia é do Congresso

É preocupante precisarmos do atual Parlamento para gerir crise permanente

Danielle Hanna Rached / Denise Vitale



As chuvas torrenciais em cidades do Rio Grande do Sul deixaram um rastro de mortes e desaparecidos e novamente nos demonstram a urgência de ações estruturais para enfrentar a emergência climática. Como agir diante da fúria da natureza?

Os relatórios científicos produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas há muito nos alertam sobre as consequências da ação humana predatória sobre a natureza, que desmata, emite gases poluentes, joga mercúrio nos rios e invade terras indígenas.

Os impactos diferentes dos desastres naturais em grupos sociais específicos devem ser entendidos como produtos de injustiça social. São e serão sempre os mais vulneráveis —pobres, mulheres, crianças e negros— os mais afetados. E como a vulnerabilidade é socialmente construída, "não há nada natural nos impactos dos desastres naturais", como disseram Neumayer e Plümper. Os autores pesquisaram por que desastres naturais reduzem a expectativa de vida das mulheres e meninas mais do que a dos homens e concluíram que essa diferença é consequência "do status socioeconômico cotidiano das mulheres".

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) chegou a mencionar uma solução: "Emergência climática permanente". Teríamos que aprender a gerir riscos e não desastres, disse a ministra. É preocupante pensar que precisamos do Congresso atual para debater a importante proposta de Marina. Com a bancada ruralista no comando, há dezenas de projetos de lei que colocam em risco a proteção ambiental e os direitos indígenas. Dentre eles, PLs que autorizam o garimpo em unidades de conservação (5.822/19), que regularizam a ocupação de terras públicas (510/21 e 2.633/20) e que flexibilizam ou afastam por completo o processo de licenciamento para diversas atividades poluidoras (2.159/21).

O UOL noticiou que, dos 513 deputados, somente Célia Xakriabá (PSOL-MG) destinou verba de emenda às mudanças climáticas. Somos reféns de reivindicações contrárias ao interesse público feitas pelos políticos que compõem a base ampla do governo. E a distância entre a vontade do povo e a vontade do Congresso nunca foi tão evidente.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes, sozinho, acaba de desdizer o que o STF já tinha decidido: o marco temporal é inconstitucional. Suspendeu todas as ações que questionam a lei de 2023, instituidora do marco temporal das terras indígenas, e deu início a um processo de conciliação a respeito da demarcação e uso desses territórios no país. O ministro corrobora com a insegurança jurídica, agrava o conflito no campo e não demonstra preocupação com a preservação da Amazônia. Diante de um problema tão grande, corremos o risco de jogar a culpa em nosso regime democrático. A democracia não saberia lidar com um problema que se arrasta pelo tempo, fica preso nas ciclotimias eleitorais. Tampouco se blinda contra os avanços do poder econômico. Mas a democracia é o único regime que nos permite participar, pelo voto, e exercer algum controle coletivo sobre os rumos políticos do país.

No caso do Brasil, a implementação da agenda climática foi sequestrada durante o governo Bolsonaro. É hora de libertá-la de um Congresso tão ou mais disposto a avançar nas políticas antiambientais e anti-indigenistas. Entender o significado de uma emergência climática permanente, debater quais atores devem agir nessas situações e qual o grau de participação popular pode ser um caminho para reivindicarmos maior controle sobre a pauta climática no país.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.05.2024 – PÁG. A5

Audiência sobre Brasil nos EUA tem ataques a Lula e Moraes e comparação entre Bolsonaro e Trump

Democratas buscaram rebater argumentos de censura e perseguição sustentados por bolsonaristas

Fernanda Perrin

Uma audiência sobre o Brasil no Congresso dos EUA se transformou nesta terça-feira (7) em um embate entre bolsonaristas e aliados, que alegam sofrer perseguição e censura, e democratas, que veem nas denúncias paralelos com o discurso do ex-presidente Donald Trump e seus apoiadores.

Três das quatro pessoas ouvidas apontaram supostas violações de liberdade de expressão cometidas por autoridades brasileiras, sobretudo pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes: o ex-apresentador da Jovem Pan Paulo Figueiredo, o CEO da rede social conservadora Rumble, Chris Pavlovski, e o jornalista americano Michael Shellenberger, que divulgou os arquivos do Twitter relacionados ao Brasil, em abril.



O quarto integrante do painel, indicado por democratas, foi o professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma, Fábio de Sá e Silva, que assumiu a função de rebater as acusações e incluir no debate ameaças atribuídas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), citando por exemplo as investigações em curso em torno da trama golpista para reverter a derrota na eleição de 2022. Em certo momento, o acadêmico mostrou uma foto do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto pelo regime militar, que simulou suicídio no cárcere. "Isso é o que acontecia com jornalistas brasileiros na ditadura", disse.



CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A sala lotou com nomes da direita brasileira, entre eles o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o blogueiro Allan dos Santos, o ex-comentarista da Jovem Pan Rodrigo Constantino e o deputado federal cassado e ex-procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol. O público se aglomerou no corredor antes do início da audiência, muitos fazendo vídeos e selfies para as redes sociais.

Do lado americano, apenas seis deputados participaram, sendo que somente dois permaneceram o tempo todo na audiência: o republicano Chris Smith, presidente do subcomitê de Saúde Global, Direitos Humanos Globais e Organizações Internacionais, no qual o evento foi realizado, e a democrata Susan Wild, o principal nome do partido no órgão. Mesmo sendo minoria, mais democratas do que republicanos participaram: Jonathan Jackson, Joaquin Castro e a presidente da bancada brasileira, Sydney Kamlager-Dove. Ela adotou uma postura incisiva, afirmando que os ataques de 8 de janeiro e teorias conspiratórias são a verdadeira ameaça à democracia no Brasil.

"Esta audiência é uma tentativa de minar a democracia brasileira ao dar uma plataforma para os mesmos indivíduos que espalharam mentiras sobre as eleições", disse. Kamlager-Dove comparou a estratégia com a da direita americana, que, segundo ela, está usando o debate brasileiro para se vitimizar em face das acusações que sofre nos EUA por seu papel na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Na mesma linha, Wild disse que aquela não era a audiência que ela acreditava que deveria estar acontecendo, mas sim sobre os 200 anos da relação entre os os países, e questionou os republicanos por não terem promovido uma audiência sobre a democracia brasileira quando informações sobre a trama golpista sob investigação se tornaram públicas, ou sobre o 8 de janeiro. "Colocando de modo simplificado, o ataque de 8 de janeiro foi claramente inspirado pelo 6 de janeiro. Acredito que precisamos de mais investigação dos dois eventos e do papel que os EUA podem ter desempenhado, incluindo de elementos de extrema direita que no mínimo expressaram apoio a essa tentativa de golpe [no Brasil]", disse a deputada.

Wild afirmou que submeteu para registro da audiência uma cópia do relatório da CPI do 8 de Janeiro e uma declaração do deputado Jim McGovern, copresidente da Comissão de Direitos Humanos que barrou uma primeira tentativa de realizar essa audiência no órgão. Do lado republicano, a participação de Maria Salazar foi breve, mas também incisiva —chegou a mostrar uma foto de Alexandre de Moraes. A deputada, que também preside o subcomitê de Hemisfério Ocidental, chamou o presidente Lula (PT) de socialista e questionou se o ministro do STF não seria uma espécie de fantoche do petista ou se haveria algum tipo de conluio antigo entre eles.

Ela defendeu que Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), faça do "modelo brasileiro", ao travar um embate contra as ordens de derrubada de contas do Supremo, "um exemplo para os EUA e o resto do hemisfério". "Você não mexe com liberdade de expressão. Você tem direito a dizer o que quiser, desde que não gere violência, ponto final", afirmou, sob aplausos. "O Brasil não só tem um criminoso condenado por corrupção política como presidente, Inácio Lula da Silva, mas agora tem um operador totalitário como juiz do Supremo Tribunal Federal. Uau", disse a deputada. "Pobres brasileiros."

Smith, que propôs a realização da audiência, elencou uma série de supostas violações de direitos no Brasil. "Vamos hoje restaurar [a liberdade de expressão] de nossas testemunhas, que reuniram uma constelação de evidências de censura generalizada e perseguição politicamente motivada no Brasil", afirmou. Figueiredo



CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

afirmou que a derrubada de suas contas nas redes sociais foi o equivalente a ser enviado a uma masmorra, comparando a situação com a prisão de seu tataravô durante o governo de Getúlio Vargas.

Ele também se negou a responder Kamlager-Dove se reprovava o regime militar brasileiro. Enquanto a deputada demanda uma resposta "sim" ou "não", Figueiredo disse que sua opinião era mais nuançada e que dependia de qual período da ditadura sob análise —seu avô, João Figueiredo, foi o último general a comandar o país.

Sá e Silva classificou de nonsense as alegações de perseguição e censura. Afirmando ser a única pessoa na sala com um diploma de direito no Brasil, ele disse que a legislação brasileira permite que juízes ordenem a remoção de contas nas redes sociais por cometerem violações. Smith, que se tornou um dos principais aliados de bolsonaristas no Congresso americano, afirmou que vai apresentar um projeto de lei com foco no Brasil, prevendo sanções ao país em caso de violações de direitos.

"Eu vou elaborar uma legislação semelhante ao que fiz com Belarus, chamada Lei da Democracia de Belarus. Eu já fiz isso quatro vezes, começando em 2004, com o Azerbaijão, o Vietnã, todas pedindo respeito aos direitos fundamentais", disse o deputado à Folha após a audiência. Smith aproveitou a audiência para lembrar um histórico antigo com o Brasil. O deputado recordou que foi ao país duas vezes durante a crise diplomática entre os governos Lula e Barack Obama em torno da guarda de Sean Goldman, filho de mãe brasileira e pai americano que voltou para os Estados Unidos em 2009. Questionado pela reportagem sobre sua opinião sobre Bolsonaro, Smith afirmou que não comentaria porque esse não era o foco da audiência, e ele não gostaria de repetir o que seus colegas democratas fizeram ao fazer denúncias ao ex-presidente.

"Isso é uma ação minha", respondeu, ao ser questionado sobre a instrumentalização do evento por grupos políticos brasileiros. "Eu fui lá quando Lula era presidente e fiquei chocado e consternado com sua falta de preocupação [no caso Sean Goldman]. Nós o procuramos quando ele veio às Nações Unidas. Obama e Lula estavam lá. Constantemente tivemos audiências bem aqui e apelamos para ele, assim como para a embaixada. E não tivemos resposta. Não conseguimos nada até começarmos a dizer que haveria sanções econômicas", justificou.

Smith também enviou um ofício endereçado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à OEA (Organização dos Estados Americanos) solicitando informações sobre alegações de violações do direito de liberdade de expressão no Brasil e quais medidas foram adotadas pela entidade em resposta a essas denúncias.

Cármen Lúcia é eleita presidente do TSE e assume em junho na vaga de Moraes

Atual chefe da corte termina o seu biênio à frente do tribunal no dia 3 de junho

Constança Rezende

A ministra do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Cármen Lúcia foi eleita nesta terça-feira (7) a nova presidente da corte. Ela assumirá o cargo no lugar do ministro Alexandre de Moraes, que termina o seu biênio à frente da tribunal no dia 3 de junho. A gestão de Cármen terá a mesma duração. Na mesma sessão, o ministro Kassio Nunes Marques foi eleito o vice-presidente do tribunal. Os dois estarão à frente do TSE nas eleições municipais deste ano. Esta será a segunda vez de Cármen como presidente da corte —ela também presidiu o tribunal entre 2012 e 2013.



A ministra, desde o ano passado, é a única mulher entre os 11 magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal). No TSE, há entre os membros efetivos a ministra Isabel Gallotti, que é do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Nesta terça, Cármen agradeceu a confiança do tribunal e disse que ela e Kassio se comprometem a "honrar a Constituição, as leis da República" e para que a Justiça Eleitoral "continue a cumprir sua função constitucional em benefício da democracia brasileira".

Moraes afirmou ser uma honra "passar o bastão" para sua amiga e "uma das mais respeitáveis professoras e escritoras de direito público, administrativo e constitucional". O vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, afirmou que a ministra, "a nossa presidente de sempre, a primeira mulher a ocupar esta corte", retoma essa atividade em ano de eleição.

"Com certeza, vossa excelência terá muito trabalho para fazer, juntamente com o ministro Nunes Marques, a quem também cumprimento", afirmou o representante da Procuradoria. Em nome do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, o advogado Fernando Neves lembrou das ações da gestão de Moraes à frente do TSE e ressaltou as características da nova presidente. "Cuidadosa, atenta, respeitada, a magistrada, sua excelência, junto com o senhor ministro Nunes Marques, eleito vice-presidente, saberão, por certo, manter a serenidade, harmonia e seriedade que são características tradicionais deste Tribunal Superior Eleitoral", concluiu.

O TSE é composto de, no mínimo, sete ministros: três são originários do STF, dois são do STJ e dois são representantes da classe dos juristas —advogados com notável saber jurídico e idoneidade— indicados pelo presidente da República. Cada ministro é eleito para um biênio, sendo proibida a recondução após dois biênios consecutivos. Atualmente, a corte eleitoral é presidida pelo ministro Alexandre de Moraes.

TSE tem rodízio na presidência entre integrantes do Supremo

2023 - Alexandre de Moraes

2024 - Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia

2025 - Cármen Lúcia

2026 - Cármen Lúcia e Kassio Nunes Marques

TSE determina implementação do juiz eleitoral de garantias em 60 dias

Após a eleição de Cármen Lúcia para presidir o TSE, a corte estabeleceu um prazo de 60 dias para que os tribunais regionais eleitorais implementem a figura do juiz de garantias. Pela inovação legislativa, dois magistrados dividem a responsabilidade por investigações. Um se encarrega da coleta de provas (a fase de instrução processual) e o outro cuida do julgamento. As regras, no entanto, não serão aplicadas nas infrações de menor potencial ofensivo, nem aos processos criminais de competência originária dos tribunais regionais eleitorais.

O TSE também determinou que o juiz eleitoral das garantias será instalado de maneira regionalizada, com a criação de núcleos regionais eleitorais das garantias. Os núcleos terão competência em todos os inquéritos e procedimentos de investigação criminal do Ministério Público e das zonas eleitorais, encerrando-se com o oferecimento da denúncia ou queixa-crime.

Para as eleições deste ano, o TSE já determinou algumas regras, propostas por Cármen e aprovadas pelos demais ministros. Entre elas, a regulação do uso da inteligência artificial nos contextos eleitorais e a vedação absoluta de uso de deepfake na propaganda eleitoral. Cármen também propôs que o uso da inteligência artificial seja feito com exigência de rótulos de identificação de conteúdo sintético multimídia. A utilização de IA de forma irregular poderá acarretar a cassação do registro e mandato.

Além disso, ficou restrito o uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação da campanha, que não poderá simular interlocução com candidato ou outra pessoa real. A ministra justificou que não se quer "um eleitor chipado, que se põe um chip e ele fica vivendo a ilusão de que aquilo é o exercício da liberdade do voto". Sobre a vedação de deepfake, uma manipulação feita com inteligência artificial, foram exemplificados o conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou alterado digitalmente.

JORNAL – O HOJE – 08.05.2024 – PÁG. 09

“É preciso conhecer os seus direitos para lutar por eles”, diz advogado

O professor Marco Túlio Elias ressalta a importância desse conceito para o funcionamento eficaz do sistema jurídico, afirmando que um sistema jurídico eficaz é essencial para a manutenção da paz social

Ronilma Pinheiro

Nos últimos anos, tem-se falado cada vez mais sobre a democratização do Direito e seu papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas o que exatamente significa essa expressão e por que é tão importante para o funcionamento eficaz do sistema jurídico?

Marco Túlio Elias Alves, advogado e professor, autor do livro ‘Primeiros Passos para Entender a História do Direito’ em sua visão,





CLIPPING

DATA
08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

explica que a democratização do Direito vai além do acesso universal aos direitos; é o processo de tornar o sistema jurídico mais acessível, simples e participativo para todos. “Isso implica em medidas como educação jurídica para a população, simplificação do sistema legal e promoção da participação cidadã na elaboração e aplicação das leis”, detalha o especialista.

O professor ressalta a importância desse conceito para o funcionamento eficaz do sistema jurídico, afirmando que um sistema jurídico eficaz é essencial para a manutenção da paz social. Ele exemplifica isso citando casos em que problemas são resolvidos através de meios legais, evitando conflitos físicos ou confrontos armados.

No entanto, existem obstáculos significativos que dificultam o acesso à justiça para certos grupos sociais ou comunidades. Assim, Alves destaca a questão financeira como o principal obstáculo, com baixo investimento na Defensoria Pública e custas judiciais caras sendo as maiores barreiras. Ele compartilha experiências pessoais, como casos em que juízes dificultaram o acesso à justiça ao exigir documentos inexistentes ou negar pedidos de isenção de custas sem justificativa plausível.

Sobre o papel da tecnologia na democratização do Direito, o advogado enfatiza que a ferramenta tem sido uma aliada poderosa na disseminação da informação jurídica. “Ferramentas como inteligência artificial, aplicativos e plataformas de acesso a advogados online têm aproximado as pessoas do acesso aos seus direitos, tornando o sistema jurídico mais acessível e transparente”, explica.

Quanto à importância da educação jurídica para o público em geral, defende a ideia de incluir disciplinas de Direito nas escolas, permitindo que as crianças aprendam sobre seus direitos e as bases do sistema jurídico desde cedo. Ele destaca iniciativas como o projeto “OAB vai à Escola”, onde advogados levam temas jurídicos para as salas de aula, buscando promover uma cultura de paz e respeito ao direito desde a infância.

Em suma, a democratização do Direito não é apenas uma ideia abstrata, mas sim um compromisso social fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, afirma o advogado. “É necessário investir em educação jurídica, promover o acesso à justiça e utilizar a tecnologia de forma inteligente para garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados e protegidos”, finaliza.

JORNAL – O HOJE – 08.05.2024 – PÁG. 10

STF terá presidente do Conselho Constitucional da França em evento

Manoel L. Bezerra Rocha

Por ocasião do evento denominado “Diálogos com o Supremo” o presidente do Conselho Constitucional da França, Laurent Fabius, participará na Sala de Sessões da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e do ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde se debaterá o tema “Justiça e Meio Ambiente: O Papel do Judiciário”. Laurent Fabius foi primeiro-ministro da França entre 1984 e 1986, ocupando outros cargos governamentais, e deputado entre 1978 e 2012, sendo duas vezes presidente da Assembleia Nacional Francesa.

Em 2015, como presidente da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21),



desempenhou um papel crucial nas negociações do Acordo Climático de Paris, o primeiro para combater as alterações climáticas. Em fevereiro de 2016, foi nomeado presidente do Conselho Constitucional da República Francesa. O ministro Herman Benjamin é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem mestrado pela Universidade de Illinois (EUA). Foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e é professor-visitante da Faculdade de Direito da Universidade do

Texas (EUA). Egresso do Ministério Público de São Paulo, está no STJ desde 2006. Fundou a Revista de Direito Ambiental

Pais e educação

A Comissão de Educação do Senado aprovou projeto que dá ao trabalhador o direito de se ausentar do trabalho duas vezes por ano para participar de reuniões e atividades culturais na escola dos filhos. Conforme o PL 4.138/2019, o trabalhador poderá se ausentar do trabalho uma vez a cada semestre, no período do dia em que for necessário, para participar de reunião, diálogo com os professores ou atividade cultural ou extracurricular organizada pela escola dos filhos, desde que devidamente atestado por servidor da direção. O projeto altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

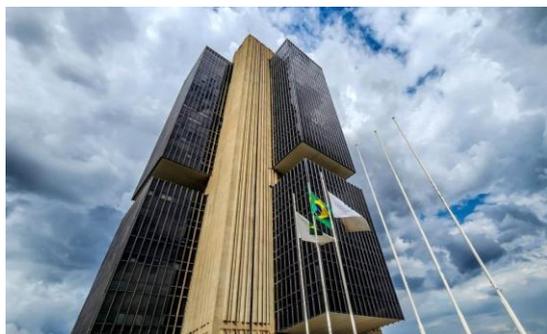
Redundância

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 889/24 que prevê o bloqueio de acesso de investigados por tráfico de drogas, organização criminosa e criação de milícia a dinheiro que seja produto do crime. O juiz poderá decretar a medida no curso do inquérito policial ou o do processo judicial. A proposta é que o bloqueio recaia sobre recursos em qualquer moeda, em contas no Brasil ou no exterior, criptomoedas ou quaisquer outras formas de pagamento, físicas ou virtuais. Instituições financeiras e órgãos de proteção ao crédito serão informados pelo Banco Central para não permitir que o acusado use esses serviços.

Ministro faz proposta para encerrar greve em hospitais universitários federais

O vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, apresentou uma proposta para encerrar a greve nos hospitais universitários federais. O reajuste proposto é 3,09%, com aumento de 20,52% do auxílio-alimentação, entre outros pontos. A greve nacional conta com a adesão de trabalhadores e trabalhadoras de 16 estados. No Rio Grande do Sul, em razão da situação de emergência climática e sanitária, o início da greve foi suspenso.

STJ titubeia entre direitos fundamentais e interesses dos banqueiros



A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) convocou uma audiência pública para discutir se, no curso de execução de débitos condominiais, deve ser admitida a penhora de imóvel com financiamento garantido por alienação fiduciária. A realização da audiência foi determinada pelo ministro Antonio Carlos Ferreira, relator de um recurso especial que, embora não tenha sido qualificado como repetitivo, foi afetado pela Quarta Turma à Segunda Seção para pacificação do tema no STJ.

Antonio Carlos Ferreira destacou que, enquanto a Terceira Turma considera impossível a penhora do imóvel alienado na cobrança de dívida de condomínio, a Quarta Turma possui precedentes que admitem a penhora nesse caso, o que justifica a análise da controvérsia no âmbito da Segunda Seção. Ao designar a audiência pública, o relator também enfatizou que o tema é de grande relevância social, podendo afetar, "de um lado, a sustentabilidade financeira dos condomínios e, de outro, o custo do crédito imobiliário, consequências que devem ser levadas em conta pelo julgador, nos termos do artigo 20, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro".

1ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP

A infidelidade, por si só, não é capaz de gerar danos morais indenizáveis, sobretudo porque o pedido foi feito pelos pais do suposto ofendido, já falecido.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

Despesas com a COP em Belém deixam Lula numa saia-justa

Segundo o governador Helder Barbalho, a realização desses investimentos é fundamental para o sucesso da COP

Luiz Carlos Azedo

Ao mesmo tempo em que negocia com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), um pacote de ajuda aos gaúchos flagelados pela chuva, que inclui a suspensão do pagamento das dívidas do Rio Grande do Sul, cujos serviços custam cerca de R\$ 3,5 bilhões ao ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou um investimento da Itaipu Binacional, a fundo perdido, para obras de infraestrutura de Belém da ordem de R\$ 1,3 bilhão. A capital do Pará sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 30, em 2025.



Esses recursos de Itaipu sempre foram destinados ao



CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Paraná e ao Mato Grosso do Sul, porém, desde março, vinham sendo negociados entre o diretor-geral brasileiro da empresa, Enio Verri, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), e o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL), para reforçar o pacote de investimentos na infraestrutura da cidade. Belém deve receber cerca de 50 mil pessoas durante a COP-30, a primeira a se realizar em plena Amazônia.

Os projetos a serem executado já estão contratados. Um dos convênios, com o governo do estado, destina-se ao aprimoramento de infraestrutura viária e implantação do Parque Linear Doca, na Avenida Visconde de Souza Franco, no centro de Belém; à execução de 50 km de rede coletora de esgoto, 4,8 mil ligações de esgoto; à pavimentação de vias de acesso à COP 30, implantação de vias marginais do Canal Água Cristal e equipamentos de controle de tráfego, entre outras. Tal investimento passa de R\$ 1 bilhão.

O segundo convênio, no valor de R\$ 323,5 milhões, será assinado pela Itaipu e a Prefeitura de Belém, para implantação do Parque Urbano Igarapé São Joaquim, incluindo projetos de arquitetura, paisagismo, rede esgoto, abastecimento, iluminação pública, pavimentação e sinalização viária. O mesmo acordo prevê a reforma e revitalização do Complexo Ver-o-Peso, símbolo da capital paraense, que abriga um dos mercados mais antigos do Brasil, e a restauração do Mercado Municipal de São Brás, construção histórica localizada no centro da cidade.

O terceiro convênio, no valor de R\$ 41,8 milhões, destinase ao Parque Tecnológico Itaipu (PTI), à Prefeitura de Belém e à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), para o desenvolvimento de metodologia de gestão de resíduos sólidos, ações de educação ambiental e de inovação em biotecnologia.

Dever de casa

Segundo o governador Helder Barbalho, a realização desses investimentos é fundamental para o sucesso da COP, que receberá um total de R\$ 4 bilhões em obras, a maior parte financiada pelo BNDES e a serem pagas pelo governo do estado. Entretanto, Belém sofre um ataque especulativo. É péssima avaliação do prefeito Edmilson Rodrigues, que concorre à reeleição, em razão do desgaste provocada pelo colapso do sistema de coleta de resíduos sólidos na capital.

Surgiram especulações de que a cidade não teria condições de receber a COP-30 e propostas no sentido de compartilhar o evento com o Rio de Janeiro e São Paulo, que teriam uma infraestrutura pronta, passaram a ser ventiladas. Barbalho garante que esse problema será superado com a nova concessão do serviço de limpeza pública, e que todas as metas para realização do evento serão alcançadas no prazo previsto. O arranjo institucional para execução das obras está completo. Os problemas mais críticos são a dragagem das Docas, para atracação dos navios de cruzeiro, que serão utilizados como hotéis pelas delegações estrangeiras, e o reforço da rede de hotéis da cidade e construção de novos alojamentos de arvoredo com as exigências da ONU.

“Tenho absoluta certeza de que fazer a COP na floresta será a mais importante rodada de conferência desde o Acordo de Paris, que completa 10 anos”, afirma Barbalho, que acredita na mobilização da sociedade, sobretudo indígenas e quilombolas, para restabelecer a centralidade da questão das florestas na discussão sobre o clima. Hoje, o eixo de debate, inclusive no Congresso, é a transição energética. “Precisamos

preservar 75% do nosso território hoje ocupado por florestas, isso exige uma nova economia, que garanta a sobrevivência de seus ocupantes”, argumenta.

Questionado sobre os investimentos de Itaipu num momento em que o Rio Grande Sul vive sua maior tragédia, Barbalho argumenta que é um erro não levar em conta que o desastre ambiental no Sul também é consequência das alterações climáticas, cuja contenção depende muito da sustentabilidade da Amazônia. E que “o problema não é falta de recursos no Orçamento da União, é a forma como estão sendo pulverizados pelas ementas parlamentares”. Essas emendas somam R\$ 53 bilhões.

A consumação do acordo com Itaipu é polêmica, diante da destruição das cidades, da infraestrutura e das lavouras gaúchas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está numa saia justa, apesar de todo o empenho do governo federal para ajudar o Rio Grande do Sul. Ontem, Lula anunciou que suspenderá o pagamento da dívida do estado com a União, cuja rolagem custa R\$ 3,5 bilhões por ano, e convidou o governador Eduardo Leite para discutir a reestruturação da dívida total, que chega a R\$ 90 bilhões. Rolagem da dívida, porém, não é investimento direto da União na reconstrução do estado.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.05.2024 – PÁG. ECONOMIA

Com plantações alagadas, Brasil vai importar arroz para evitar alta

Governo quer impedir que a perda da lavoura no RS, principal produtor do grão, acabe por elevar os preços ao consumidor

Raphael Pati / Victor Correia

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai importar um milhão de toneladas de arroz para evitar o aumento no preço do grão. O anúncio foi feito, nesta terça-feira (07) pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, no Palácio do Planalto.



A medida é necessária frente à calamidade no Rio Grande do Sul, que produz 70% do arroz consumido pelo Brasil. Segundo Fávaro, os estoques brasileiros são suficientes para suprir a demanda, mas o governo está preocupado com a possibilidade de especulação. “Já está sendo preparada uma MP (medida provisória) autorizando a Conab a fazer compra na ordem de um milhão de toneladas”, declarou Fávaro. “Quero deixar isso de forma muito clara: o governo não pensa em hipótese alguma em concorrer com os produtores de arroz. A Conab não vai vender para os atacadistas, que são compradores dos produtores”, acrescentou.

O ministro afirmou ainda que a primeira leva será de 200 mil toneladas de arroz descascado e ensacado, para agilizar sua distribuição. O governo fará a venda do alimento nas periferias e apenas para pequenos compradores, para evitar prejuízo aos produtores gaúchos já afetados pela chuva. A compra depende da



CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que declara estado de calamidade no território gaúcho. Assim que possível, o país abrirá um leilão para a compra do arroz. Fávoro avalia que nações do Mercosul terão vantagem na concorrência, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Na avaliação do ministro, se a compra ocorrer de forma ágil, não haverá aumento no preço do grão. Ele também destacou que, apesar da alta ocorrida no começo do ano, no período de entressafra, a saca de arroz já havia baixado de preço, e a expectativa é de que ela mantenha o patamar atual. O ministério estima que 1,6 milhão de toneladas de arroz ainda estejam nos campos, ou seja, alagados.

Porém, parte da safra que já foi colhida também foi alagada em armazéns, embora não seja possível estimar a perda. O maior problema, para Fávoro, é a condição das estradas, que impossibilita o envio de grande parte do arroz para os outros estados brasileiros. “Temos que evitar especulação, evitar desabastecimento. Com o perdão da palavra, mas o inferno está ficando pequeno. Gente fazendo fake news num momento desses, especulação financeira em um momento desses”, acrescentou o ministro.

A possibilidade de importar arroz já havia sido ventilada mais cedo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa Bom dia, Presidente, da estatal EBC. Embora Lula tenha falado em importar “arroz e feijão”, a produção de feijão não está concentrada em solo gaúcho, por isso, não foi afetada. Além de manter estável o preço do arroz, o ministro anunciou que o Conselho Monetário Nacional (CMN) vai suspender o pagamento das dívidas dos produtores rurais gaúchos por um período de 90 dias, podendo ser prorrogado no futuro.

Perdas

De acordo com um relatório produzido pela Cogo Consultoria, as chuvas podem causar a perda de até 1,6 milhão de toneladas de arroz em uma área de 200 mil hectares. O número indica a quantidade de arroz ainda não colhido no estado, que representa 22% do total esperado para esta safra.

Em uma situação de perda total desse montante, isso poderia representar a perda de impressionantes 16% de toda a produção estimada para o país, que é de 10,5 milhões de toneladas. “A gente tem apenas uma estimativa em cima da área que havia sido colhida até agora, e não chegamos nem a estimar ainda o que foi perdido, que já havia sido colhido, e estava ainda estocado no estado. Então o que está no relatório é só o que, de fato, vai se perder em nível de campo. Aquilo que não vai ser colhido ou que vai ser colhido parcialmente e tudo isso não tem resposta ainda”, explica Carlos Cogo, consultor de agronegócios há mais de 30 anos. Em relação à soja, as perdas estimadas podem representar um impacto de até 5% na produção nacional.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.05.2024 – PÁG. OPINIÃO

Armas importadas ilegalmente desafiam a segurança pública

Um estudo com dados reais da Subsecretaria de Inteligência (SSI) da Secretaria de Estado de Polícia Militar revelou que mais de 90% dos fuzis apreendidos no ano de 2023 pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foram fabricados em outros países

Durante décadas, ONGs e entidades desarmamentistas defendem uma tese falsa de que o cidadão comum, que compra uma arma de fogo legalmente para sua defesa, é o responsável por abastecer o arsenal dos criminosos ao ter sua arma roubada ou furtada. Porém, assim como a Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (Aniam) por diversas vezes evidenciou no passado e recentemente, quando se discutia a nova regulamentação das armas para civis, dados recentes mostram mais uma vez de forma clara e transparente que essa teoria é falaciosa.

Um estudo com dados reais da Subsecretaria de Inteligência (SSI) da Secretaria de Estado de Polícia Militar revelou que mais de 90% dos fuzis apreendidos no ano de 2023 pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foram fabricados em outros países. Segundo o levantamento, o maior número de apreensões ocorreu em áreas do estado onde há disputas de território entre facções criminosas rivais.



A análise considerou a apreensão dos 492 fuzis no ano passado, sendo 199 da marca norte-americana Colt. Foram registrados no estudo 194 fuzis sem marca, ou seja, armas que entram no país separadas por peças e montadas por armeiros envolvidos com as organizações criminosas. As demais armas apreendidas são de 43 marcas estrangeiras diversas.

Como presidente da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições enfatizo a importância desse levantamento e parabeno a instituição pelo estudo e pela lúcida constatação. É só desta forma, com base em fatos não deturpados por interesses políticos ou ideologia, que é possível implantar ações eficazes no combate à violência, maior preocupação dos brasileiros hoje.

Obviamente, o tráfico internacional de armas continua sendo um dos maiores desafios para a área de segurança pública. O contrabando é o grande abastecedor da criminalidade, colocando nas mãos de organizações criminosas poderosos armamentos, que muitas vezes nem mesmo a polícia pode fazer frente. Se a situação é desfavorável para as polícias, que não podem, por vezes, sequer garantir a própria integridade perante os criminosos, ela é muito pior para o cidadão comum que, devido à atual política desarmamentista, enfrenta dificuldades para adquirir legalmente uma arma para sua legítima defesa.

Sempre defendi a ideia de que o controle é importante e necessário, pois não só ajuda na segurança pública como cria segurança jurídica para o setor e os cidadãos, porém não pode ser impeditivo para quem deseja

adquirir uma arma cumprindo rigorosamente as regras. Os dados apresentados no estudo no Rio de Janeiro, embora fundamentais para uma análise, não são exatamente uma novidade. Durante os últimos anos tenho evidenciado essa realidade. Vejam que em 2010, na invasão do Complexo do Alemão, foi constatado que quase 80% das armas eram de fabricação estrangeira e 60% de calibre restrito, o que demonstra que leis restritivas (até mesmo no que se refere ao calibre) não impedem os criminosos de se abastecerem por meio ilícito, apenas impedem o cidadão de bem de ter mais uma opção de legítima defesa.

Mais recentemente, em 2023, uma operação realizada pela Polícia Federal em conjunto com autoridades paraguaias revelou que 43 mil armas entraram no Brasil nos últimos três anos, por meio de um esquema de contrabando de fuzis e pistolas automáticas fabricadas na Europa que eram importadas por uma empresa de fachada no Paraguai e enviadas para uso das facções criminosas brasileiras. Isso representa quase 40 armas por dia atravessando a fronteira.

A ideia de que as armas vendidas no mercado nacional para o cidadão são as que abastecem os criminosos se mostra cada vez mais inverossímil, um enredo para justificar a política nacional de desarmamento que nunca mostrou resultado positivo. O foco nas armas e não nos criminosos é o grande erro nessa questão. Os gestores da Segurança Pública precisam considerar que quem está disposto a cometer um crime não irá respeitar uma lei que proíbe o porte ou a posse de armas, ele irá procurar outras formas e meios de cometer seus malfeitos.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 08.05.2024 – PÁG. A4

Com tragédia no RS, previsão é que alimentos fiquem mais caros

Efeito mais direto é no arroz, mas também deve atingir carne e leite; especialistas não veem impacto no por ora no IPCA

Lucianne Carneiro

Diante do agravamento da tragédia no Sul, economistas começam a revisar para cima as projeções de alta de preços de alimentos para 2024. Responsável pela cobertura de inflação na LCA Consultores, o economista Fabio Romão elevou sua estimativa para a variação na alimentação no domicílio em 2024 de 3,9% para 4,5%.

O maior impacto vem através do arroz - cultura que o Rio Grande do Sul concentra 70% da produção brasileira -, mas também se vislumbra efeitos no complexo de proteínas - incluindo carnes e leite -, em trigo e frutas. A XP Investimentos também aumentou a expectativa para a alimentação no domicílio, de 3,8% para 4,5%. Já o Santander elevou o chamado tracking para esse grupo de uma alta de 3,3% para 3,8%, em comunicado a clientes. O banco diz que esta não é a projeção oficial, mas uma taxa atualizada com mais frequência.





CLIPPING

DATA

08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

“A relevância do Rio Grande do Sul na produção, principalmente do arroz, explica os efeitos nos preços de produtos agropecuários. Nossa projeção considera o que se enxerga de efeito até agora, mas pode ser mais”, afirma Romão. O impacto mais direto é no arroz, cujo preço deve subir 4% em 2024, segundo ele, ante variação anterior perto da estabilidade. Isso significa que o subgrupo cereais, leguminosas e oleaginosas terá alta de 1% este ano, ante deflação esperada de 1,6%.

Mas há efeitos em outros produtos: foram ampliadas as previsões para farinhas, féculas e massas e panificados (de 1,6% para 2,1%), leite e derivados (de 1,9% para 3%), carnes (de 0,9% para 2%), óleos e gorduras (de 2,6% para 3,6%) e frutas (de 10,3% para 11,1%). Boa parte da colheita da uva já foi concluída, mas os problemas de logística explicam a mudança.

“Essa crise fortalece a perspectiva de uma alimentação mais alta em 2024 que em 2023 [-0,5%], embora ainda abaixo da média de 7,6% dos últimos dez anos”, diz Romão. Para o grupo de alimentos e bebidas como um todo, o número passou de 4,3% para 4,8%. Já a alta da alimentação fora de casa subiu de 5,4% para 5,6%.

O reflexo da tragédia no Sul fica mais claro no atacado: a projeção da LCA para o IPA agropecuário no ano agora é de 4,6%, ante 2,7%. Presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj), Fábio Queiróz afirma que o preço do arroz no atacado já subiu 10%, mas por enquanto não há efeito na gôndola. Se as dificuldades de logística persistirem por mais alguns dias, parte disso pode chegar ao consumidor, alerta ele, que recomenda substituições do arroz por outros carboidratos. Por enquanto, o aumento nas projeções para os preços de alimentos não afetou as estimativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) porque houve revisão para baixo em outros itens, tanto pela XP quanto pela LCA Consultores.

“Temos 95 pontos de interdição nas rodovias gaúchas. Isso afeta o escoamento” — Luis Otávio Leal

Pelas contas da LCA, a alta de habitação em 2024 foi reduzida de 3,5% para 3,2%, enquanto a de transportes caiu de 1,6% para 1,4%. O economista da XP Alexandre Maluf diz que a mudança em alimentos traz viés de alta para o IPCA em 2024. “Mas boa parte da alta de alguns preços deve ser revertida até dezembro”, nota.

A revisão para cima da alta dos alimentos em 2024, no entanto, não é unanimidade. O economista-chefe e sócio da G5 Partners, Luis Otávio Leal, vê por enquanto um efeito temporário da alta de preços, que tende a ser diluída ao longo do ano. Sua expectativa é de 0,1 a 0,2 ponto percentual no IPCA dos meses de maio e junho. Outro fator que pesa, segundo ele, é o fato de que sua projeção para a alimentação no domicílio está em 7%, mais pessimista que o restante do mercado.

“Mais de 80% da safra de arroz já foi colhida, mas é preciso avaliar a qualidade do armazenamento. Além disso, temos 95 pontos de interdição nas rodovias gaúchas. Isso afeta o escoamento. Com menos produto chegando, a oferta cai e o preço sobe. Mas ainda vejo um efeito temporário”, diz.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 08.05.2024 – PÁG. E1

União aposta em acordos para tentar resolver disputas bilionárias de PIS/Cofins

Contribuições sociais são objeto hoje de pelo menos 300 discussões, segundo a PGFN

Beatriz Olivon



Previstos para serem extintos pela reforma tributária, o PIS e a Cofins são objeto hoje de pelo menos 300 discussões tributárias acompanhadas de perto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com impacto gigantesco para a União. Em apenas 13 delas, a previsão se aproxima de R\$ 1 trilhão, segundo o órgão. É consenso no meio público e privado que a legislação das contribuições sociais, que já tem 20 anos, não funciona bem. O foco da PGFN agora e durante a transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será tentar resolver essas pendências, investindo principalmente em acordos com os contribuintes - as chamadas transações tributárias.

A procuradoria prevê a abertura de editais sobre uma das principais discussões: a que trata sobre o conceito de insumo para créditos de PIS e Cofins. Nem depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidir a questão ficou claro quem tem direito a créditos, em quais situações, e os litígios prosseguiram. Ainda existem 5.240 processos sobre o tema em tramitação no Judiciário. Empresas e Receita Federal discutem sobre a possibilidade de gastos com produtos de limpeza e publicidade, por exemplo, gerarem créditos.

A transação é considerada uma alternativa, segundo Lana Borges, procuradora-geral adjunta de Representação Judicial, tendo em vista que, pelo texto da reforma tributária, durante um tempo será necessário lidar com duas correntes de discussão judicial - os tributos antigos e os novos. O texto da lei complementar para regulamentar a reforma tributária, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, prevê que os créditos de PIS e Cofins ainda poderão ser usados durante um período de transição. “São muitos processos e poucos procuradores. Para nós, quanto mais resolvermos e reduzirmos a litigiosidade, melhor”, afirma.

A procuradora lembra que não há previsão de quando todas essas disputas tributárias serão julgadas. A de maior valor para a União no anexo de riscos fiscais do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 está no Supremo Tribunal Federal (STF). Trata da exigência de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. O impacto é estimado em R\$ 325 bilhões. Também estão na lista a inclusão do PIS e da Cofins nas suas próprias bases de cálculo, que tem impacto estimado em R\$ 65,7 bilhões, e a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins, com impacto estimado em R\$ 35,4 bilhões.



CLIPPING

DATA
08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Discussões sobre PIS e Cofins são candidatas a serem objeto de transações do contencioso pela forte litigiosidade e porque nem sempre as decisões do Judiciário foram terminativas - como no caso dos insumos. “Hoje temos foco na transação com relação a essas discussões”, afirma a procuradora, acrescentando que a reforma tributária acaba sendo mais um estímulo, já que esses tributos serão substituídos pela CBS.

A procuradora lembra, contudo, que a transação precisa ter vantagem dupla - para a Fazenda e para o contribuinte. Por isso, afirma, não seriam incluídas teses em que a Fazenda saiu vitoriosa, apenas as que ainda estão em aberto. Hoje, os principais pontos em discussão sobre PIS e Cofins são a não cumulatividade e a base de cálculo, segundo Larissa Longo, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Insper. Para ela, o projeto de reforma tributária do consumo resolve essas questões. Então, diz, a tendência é haver, efetivamente, uma redução do contencioso.

O impacto do contencioso para empresas é o estoque de capital improdutivo, de acordo com a pesquisadora. “Elas pegam recursos que podiam empregar na geração de capital produtivo e direcionam para contratar assessoria jurídica, contábil”, afirma. Para a União, por sua vez, acrescenta, o risco é não saber quanto vai conseguir arrecadar, já que nem todos os contribuintes pagarão os tributos como previsto. “É imprevisibilidade para todo mundo.”

Os problemas com o PIS e a Cofins começaram cedo” — Alessandro Cardoso

Ainda segundo a pesquisadora, as disputas sobre PIS e Cofins são um terço das listadas no anexo de riscos fiscais. Os tributos ocupam o segundo lugar entre os discutidos no Judiciário, de acordo com pesquisas do Núcleo de Tributação do Insper. Ficam atrás apenas da contribuição previdenciária - que tem muitas discussões de casos concretos.

“O PIS e a Cofins começaram errado”, afirma ela, destacando que o regime de não cumulatividade foi sendo desenvolvido junto com a jurisprudência. “Então, o PIS e a Cofins se tornaram uma espécie de puxadinho.” Em 2019, diz Larissa Longo, o estoque do contencioso da Cofins correspondia a 314,3% da arrecadação do tributo daquele ano. O dado consta no relatório Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, elaborado pelo Insper em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda segundo dados do relatório, a Cofins foi o tributo federal que mais demandou consultas fiscais - o que mostra muitas dúvidas dos contribuintes para interpretação da legislação.

Alessandro Mendes Cardoso, do escritório Rolim Advogados, lembra que os problemas com os PIS e a Cofins começaram cedo e tiveram como pontos altos as discussões sobre não cumulatividade e a composição da base de cálculo - já se discutiu e ainda se discute se outros tributos e as próprias contribuições sociais entram no cálculo do PIS e da Cofins. Em tese, afirma o advogado, a base de cálculo mais ampla da CBS deve evitar vários questionamentos sobre o conceito de insumo e, além disso, existe a previsão expressa de que a base de cálculo não incluirá outros tributos. “Com o creditamento amplo e a base de cálculo, dois problemas serão minimizados [em relação ao PIS e à Cofins]”, diz.

Para Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, o PIS e a Cofins vão sumir com a reforma, mas o passivo seguirá vivo e o contencioso pode aumentar ainda mais com os novos tributos. Ainda segundo ele, para as empresas poderá ser necessário contratar mais advogados tributaristas, aumentando mais custos de compliance e de provisão para lidar com os potenciais passivos.

Destaque

Ação coletiva



A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mandou prosseguir um processo em que uma bancária do Itaú Unibanco busca receber valores reconhecidos numa ação coletiva decidida em março de 2011.

Ao afastar a prescrição aplicada pelas instâncias anteriores na ação individual de cumprimento, o colegiado ressaltou que a medida impediria a concretização dos efeitos da decisão que a beneficiou. Na ação de cumprimento, a bancária disse que a ação originária foi ajuizada em 2005 pelo Sindicato dos

Bancários de Belo Horizonte (MG) em nome de 2.647 pessoas.

A sentença transitou em julgado (tornou-se definitiva) em 19 de março de 2011, tendo início da fase de execução. Contudo, segundo a trabalhadora, houve resistência do banco em cumprir a decisão. Em 2020, então, ela ajuizou a ação individual visando receber os valores devidos. Ao analisar o caso, porém, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) decidiu que ela não poderia pedir a execução após tanto tempo e encerrou o processo, aplicando a prescrição, ou perda do direito de ação, o que foi revertido agora pelo TST (RR-10464-19.2020.5.03.0020).

Bar que vende só taça de vinho perde benefício fiscal

Para Fazenda de São Paulo, contribuinte só tem direito a alíquota reduzida de ICMS se fornecer a bebida acompanhada de uma refeição

Marcela Villar

Quem for a um restaurante ou um wine bar no Estado de São Paulo e só pedir uma taça de vinho, sem petisco ou prato para acompanhar, vai encarecer a carga tributária para o estabelecimento no fim do mês. A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) decidiu que apenas o consumo da bebida não dá direito ao regime especial de ICMS aplicado ao setor, que garante alíquota reduzida de 3,2%.

Nos casos em que a bebida é ingerida sem alimento, incide o percentual padrão do imposto estadual para o produto, de 25%. O entendimento está na Consulta Tributária 28675/2023, publicada no dia 25 de março. Apesar de ser específica para vinho, a decisão vale para outros tipos de bebidas alcoólicas, na visão de tributaristas, e vincula os auditores fiscais do Estado.





CLIPPING

DATA
08.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Para especialistas, o entendimento da Fazenda paulista traz uma complexidade desnecessária para o benefício e pode levar restaurantes a não cumprir a regra. Ou então a oferecer gratuitamente uma porção de pão, queijo ou amendoim, para ter direito ao regime fiscal favorecido. O entendimento, acrescentam, também afeta a apuração de créditos de ICMS. Pela alíquota cheia, o contribuinte teria direito a se creditar. Pela reduzida, não.

A consulta foi feita por uma empresa que vende vinhos em garrafas para clientes levarem para casa e também em taças, as quais normalmente são acompanhadas de refeição na loja. A dúvida era como ficaria a apuração do ICMS nos casos em que os clientes apenas bebem sem consumir um alimento no local. O estabelecimento não sabia qual a forma correta de efetuar o lançamento dos documentos fiscais de entrada do vinho, mencionando que “haverá uma dificuldade em diferenciar, pois o vinho que acompanha a refeição e o que não acompanha saíram da mesma garrafa”. No registro de entrada e na nota fiscal, seria preciso analisar se haverá ou não o crédito.

Para a Sefaz, as bebidas alcoólicas “não são produtos essenciais como alimentos, de modo que não se enquadram, pela legislação tributária, no conceito de alimentos” e não podem se beneficiar do regime especial do Decreto nº 51.597/2007. A orientação da secretaria é que a empresa faça “um controle interno relativo às quantidades de vinho revendido para o contribuinte (em garrafas ou taças) e de vinho consumido juntamente com a refeição”. O registro deve ser feito “da forma que melhor atender às necessidades da consulente”, e ficar “à disposição do Fisco para eventual fiscalização”.

Segundo Gabriel Baccarini, sócio do Cascione Advogados, o regime especial foi criado para tornar mais simples a tributação do ICMS para o setor, composto em maioria por pequenos e médios negócios. “O ICMS é um dos tributos mais complexos no sistema brasileiro e exige uma complexidade na apuração. Para a contabilidade, o decreto foi o meio do caminho encontrado para que esses estabelecimentos consigam fazer o recolhimento de um jeito mais formal”, afirma.

A complexidade na gestão é a principal dificuldade trazida pelo entendimento da Sefaz-SP, diz Francielle Sezotzki, tributarista do Cascione. “Vai exigir um controle absurdo dos contribuintes”, afirma. “O contribuinte vai precisar segregar aquilo que vai poder gerar crédito ou não, vai ter que fazer um controle quase que por litro”, adiciona. É também o que enfatiza Baccarini. “Não dá para acreditar que um bar da esquina vai ter dois controles para apuração de bebidas. Causa estranheza, porque há uma desconexão com a realidade, apesar de entendermos o que o Fisco quis colocar.”

Para o advogado Pedro Siqueira, sócio do Bichara Advogados, a resposta do órgão inova e restringe o que está na lei. “Quando o estabelecimento tiver como atividade preponderante a venda de alimentos, vai poder se valer do decreto”, afirma. Segundo ele, bares, padarias e restaurantes sempre apuraram o ICMS considerando toda a venda de produtos, inclusive as bebidas. E não elas em separado. Ao que parece, o contribuinte que fez a consulta, acrescenta, queria enquadrar a venda de vinhos dentro do conceito dos 3,2%. “A garrafa que o cliente leva para casa de fato não está dentro do benefício, porque não está se exercendo a atividade de restaurante, mas de empório, de uma loja de vinho. Mas para a maioria dos restaurantes o que deve prevalecer é o que consta no decreto”, completa Siqueira.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 08.05.2024 – PÁG. E2

Novo tempo para o direito empresarial

A nova redação proposta estipula expressamente que as normas que regem o Direito de Empresa “devem ser interpretadas visando ao estímulo do empreendedorismo e ao incremento de um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios no país”

Luís Felipe Salomão / Marcus V. Furtado Coêlho / Paula Forgioni

A proposta de modernização do atual Código Civil está em apreciação no Senado Federal. Desde a aprovação do atual diploma, há mais de 20 anos, a sociedade enfrenta transformações significativas. O direito pode e deve acompanhar as mudanças nas relações sociais, a fim de se adaptar às demandas do tempo presente.



Os avanços no direito empresarial são especialmente urgentes, sobretudo para os atores econômicos, que demandam a desburocratização das relações empresariais, de maneira a trazer segurança jurídica e previsibilidade para o ambiente de negócios no país.

A diretriz da modernização é, primordialmente, facilitar o desenvolvimento da atividade empresarial no Brasil, em conformidade com os interesses da sociedade civil e com a perspectiva de desenvolvimento social, gerando emprego, tributos, bem-estar e indicadores positivos para a economia.

A proposta da nova legislação consolida o entendimento, já manifestado pelos tribunais, de que o direito empresarial possui uma lógica própria e que deve ser interpretado a partir de regras específicas. O texto inova ao fixar rol de princípios que devem reger a interpretação das normas empresariais, como o estímulo à atividade econômica, à livre iniciativa e à livre concorrência. Nas relações interempresariais, o regramento específico, pautado pela maior densidade do princípio da força obrigatória dos contratos, aplica-se com preferência em relação às regras gerais encontradas nos outros livros do Código Civil.

A atualização do novo Código Civil confere ênfase à supremacia do contrato social na regência das sociedades limitadas, de maneira que o teor do instrumento “somente poderá ser afastado em caso de violação de lei”, previsão que não se encontrava codificada na redação anterior. O novo texto simplifica as conhecidas sociedades limitadas (LTDA), visando à desburocratização. Entre outras medidas, a proposta facilita a convocação das assembleias dos sócios, que, a partir da atualização, poderão ser instaladas com a presença de representantes correspondentes a, no mínimo, mais da metade do capital social.

A proposta também estatui a ampla liberdade contratual, de modo que as partes podem estipular parâmetros autônomos de interpretação das cláusulas, hipóteses de resolução do contrato, alocação de riscos e seus critérios, entre outros. Sob essa perspectiva, a nova legislação prevê a consideração dos usos e costumes para

suprir omissões presentes nos contratos entre empresas. Ainda, o texto institui regramento claro quanto à apuração de haveres na hipótese de dissolução de sociedades, que deve ocorrer nos 90 dias seguintes à data de referência da liquidação da quota, além de fixar o referencial em cada caso. Além disso, o normativo acrescenta a regulamentação da hipótese de dissolução total de sociedades, a qual não encontrava previsão expressa no atual Código Civil.

Ao disciplinar tais matérias, a proposição carrega previsibilidade e uniformidade ao ordenamento jurídico, uma vez que a ausência de normatização desses institutos gera instabilidade na aplicação da lei. É com esse objetivo que a nova redação proposta estipula expressamente que as normas que regem o Direito de Empresa “devem ser interpretadas visando ao estímulo do empreendedorismo e ao incremento de um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios no país”.

Nessa linha, a Comissão de Juristas do Senado que atualiza o Código Civil pretende que o direito seja encarado não como um obstáculo, mas sim como um elemento propulsor da atividade econômica e do desenvolvimento nacional.

DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB

Dia 08 de maio – Dia Internacional da Cruz Vermelha

O Dia Internacional da Cruz Vermelha é celebrado em 8 de maio. Nesta data a solidariedade e a ajuda humanitária são as grandes homenageadas, pois são duas das características mais marcantes da Cruz Vermelha.

O Dia da Cruz Vermelha é comemorado nesta data em homenagem a data de nascimento do fundador desta organização humanitária (considerada a maior do mundo), Henry Dunant, em 8 de maio de 1828, em Genebra, na Suíça. De acordo com Dunant, a ideia de criar a Cruz Vermelha surgiu depois da difícil experiência que teve nos campos de batalha na Itália, onde ajudou inúmeros soldados feridos.



Criada em 1863, a Cruz Vermelha Internacional está atualmente presente em cerca de 190 países e reúne o impressionante número de aproximadamente 97 milhões de voluntários ao redor de todo o planeta. Como resposta a sua colaboração à humanidade, Henry Dunant recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1901.

Os fundamentos básicos da Cruz Vermelha são: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência Voluntariado, Unidade, Universalidade.

Os voluntários da Cruz Vermelha devem executar as suas funções tendo como base os sete princípios base deste movimento humanitário.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA

08.05.2024

PÁGINA Nº

28 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Cruz Vermelha no Brasil

A Cruz Vermelha Brasileira (CVB) foi fundada em 5 de dezembro de 1908, por iniciativa do doutor Joaquim de Oliveira Botelho, que se inspirou neste movimento internacional e decidiu implantá-lo no Brasil para ajudar a proteger e salvar vidas brasileiras. A CVB atua seguindo todos os princípios internacionais da Cruz Vermelha, além da constituição definida de acordo com as convenções de Genebra. Atualmente, estima-se que existam mais de 20 mil voluntários da Cruz Vermelha cadastrados em todo o país.